

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DIFUSÃO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

REPRESENTATION OF INFORMATION AND ITS RELATIONSHIP WITH DISSEMINATION, MEMORY AND IDENTITY

Raissa Kelly Marinho dos Santos¹
Manuela Eugênio Maia²
Jacqueline Echeverría Barrancos³
Thais Helen do Nascimento Santos⁴

RESUMO

Este artigo aborda a Representação da Informação nos arquivos, focando sua relação com a difusão, construção de identidade e preservação da memória. Tendo como objetivo principal analisar a relação da Representação da Informação com os termos difusão, identidade e memória, a fim de contribuir para o fortalecimento do papel dos arquivos como espaços de valorização e de preservação de documentos e de informações. Quanto à metodologia, esta pesquisa é exploratória, utilizando revisão bibliográfica e análise quali-quantitativa. Foram coletados 62 trabalhos na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, abrangendo publicações indexadas entre 2004 e 2024. A análise revelou a escassez de estudos que abordam todos os temas de forma integrada. Assim, o estudo conclui haver uma necessidade urgente de aprofundar as investigações sobre as intersecções entre Representação da Informação, difusão, identidade e memória nos arquivos. Recomenda-se o desenvolvimento de metodologias que promovam a interação entre arquivos e a sociedade, reforçando seu papel como espaços de difusão, de identidade e de memória. Futuros estudos podem avaliar práticas de difusão ativa e suas implicações nas comunidades, contribuindo para a valorização e o reconhecimento dos arquivos como espaços de identidade e de memória.

Palavras-chave: Arquivo; Difusão; Identidade; Memória; Representação da Informação.

ABSTRACT

This article addresses the Representation of Information in archives, focusing on its relationship with diffusion, identity construction, and memory preservation. The main objective is to analyze the relationship between Information Representation and the terms diffusion, identity, and memory, in order to contribute to strengthening the role of archives as spaces for the valorization and preservation of documents and information. As for the methodology, this research is exploratory, using bibliographic review and qualitative-quantitative analysis. A total of 62 studies were collected from the Database of Journal Articles in Information Science, covering publications indexed between 2004

¹ Arquivista | Mestranda em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ) | E-mail: kellyrkms1@gmail.com

² Docente do curso de Arquivologia (UEPB) | Doutora em Ciência da Informação | E-mail: manuelamaia@servidor.uepb.edu.br

³ Docente do curso de Arquivologia (UEPB) | Doutora em Administração | E-mail: jacquebarrancos@servidor.uepb.edu.br

⁴ Docente Adjunta do Departamento de Ciência da Informação (UFPE) | Doutora em Informação | thais.hnsantos@ufpe.br



and 2024. The analysis revealed a scarcity of studies that address all topics in an integrated manner. Therefore, the study concludes that there is an urgent need to deepen investigations into the intersections between Information Representation, diffusion, identity, and memory in archives. It is recommended to develop methodologies that promote interaction between archives and society, reinforcing their role as spaces of diffusion, identity, and memory. Future studies may assess practices of active diffusion and their implications for communities, contributing to the valorization and recognition of archives as spaces of identity and memory.

Keywords: Archive; Dissemination; Identity; Memory; Information Representation.

1 INTRODUÇÃO

A Arquivologia tem passado por transformações significativas desde as últimas cinco décadas do século XX, impactando diretamente os processos práticos e teóricos. Tais impactos são observados em objetos que se alinham ao seu escopo, como mencionam Jardim e Fonseca (2004) e Barros (2020b) na perspectiva do acesso e uso, quanto à sua gênese, migrando para o paradigma pós-custodial (Silva, 2009), em que o seu cerne é a informação arquivística. Essas mudanças afetam especialmente o gerenciamento de arquivos, a gestão documental, a recuperação, o acesso e o uso da informação, abrangendo uma série de atividades, bem como a necessidade de desenvolvimento de mecanismos para tornar esses processos mais efetivos. Nesse percurso histórico, destaca-se a consolidação do modelo francês de arquivos, cuja origem remonta à Revolução Francesa, quando os bens das antigas classes dominantes — incluindo seus arquivos — foram apropriados pelo novo regime, conforme descrevem Britto, Mokarzel e Corradi (2017). Os autores ressaltam que a incorporação desses arquivos privados pelo Estado deu origem aos chamados *Archives Nationales*, instituídos pelo Decreto de 18 Brumário de 1789.

Esse marco representou uma ruptura na concepção de arquivo como instrumento do poder privado, estabelecendo uma nova lógica estatal de custódia, acesso e memória. Como observa Ribeiro (2003), esse processo não apenas centralizou a documentação administrativa nas mãos do Estado, mas também estabeleceu o acesso aos arquivos como um direito do cidadão, e não mais como um privilégio. Essa estrutura francesa foi amplamente replicada por diversos países, que adotaram o entendimento de arquivos “públicos”, sendo estes responsáveis pela construção e preservação da memória nacional. (Britto; Mokarzel; Corradi, 2017). Corroborando esse processo de



transformação e influência internacional, Orrico e Silva (2019) destacam que o campo arquivístico, especialmente no Brasil, passou por importantes etapas de desenvolvimento a partir da década de 1970. Esse avanço reflete não apenas a consolidação de modelos institucionais inspirados em tradições estrangeiras, como a francesa, mas também a emergência de uma compreensão mais ampla sobre o papel social dos arquivos. Tal perspectiva foi impulsionada por demandas crescentes por transparência estatal, direito à informação e valorização da memória coletiva, reafirmando os arquivos como instrumentos fundamentais para o exercício da cidadania e o fortalecimento democrático.

Observa-se tal impulsionamento nas leis federais nº 12.527, que trata do acesso à informação; nº 12.528, que cria a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos a fim de efetivar o direito à memória e à verdade; nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; e a lei complementar nº 131/2009, que estabelece a transparência pública. (Brasil, 1991, 2009, 2011a, 2011b). Nesta perspectiva, em um arquivo, muitas das atividades realizadas estão inseridas nas chamadas funções arquivísticas, termo proposto e desenvolvido por Rousseau e Couture (1998), as quais abrangem desde a geração dos documentos até seu acesso e difusão. Lehmkuhl e Silva (2023) ressaltam que tais funções foram atualizadas por Rousseau e Couture (1998), os quais introduziram novas abordagens e conexões com outras áreas, a título de exemplo: Ciência da Informação e suas relações com a Representação e Organização da Informação e do Conhecimento.

Dessa forma, este artigo explora a temática central da Representação da Informação (RI) e sua relação com a difusão, identidade e memória nos arquivos. O principal objetivo da pesquisa é analisar a relação da RI com os termos difusão, identidade e memória, a fim de contribuir para o fortalecimento do papel dos arquivos como espaços de valorização e de preservação de documentos e de informações. A produção deste artigo decorre principalmente da pesquisa em desenvolvimento relacionada aos aspectos da construção da identidade organizacional do Arquivo Público Estadual da Paraíba (APEPB), objeto de nosso estudo e vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Governança Arquivística (PPGDARQ-UEPB/UFPB).

Isso posto, a problematização desta pesquisa centra-se na questão: quais relações ocorrem entre a RI e a difusão, identidade e memória, na perspectiva da literatura arquivística? Trata-se de uma triangulação bibliográfica entre os termos e as pesquisas inerentes. [Ao facilitar a identificação, a estruturação e a contextualização das informações](#)



do arquivo e de seu acervo, a RI permite que os usuários compreendam melhor o valor da instituição e de seus recursos, promovendo o arquivo e seus serviços. Além disso, a RI auxilia na construção de narrativas que conectam as informações aos usuários, enriquecendo as atividades propostas, bem como a difusão, a identidade e a memória social e cultural. Assim, a discussão contribui para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema, ao propor uma análise do papel da RI na função de difusão e nos processos que consolidam os arquivos como espaços de identidade e que preservam informações e, sobretudo, a memória sobre diversos aspectos. Almeida *et al.* (2023) complementam o contexto quando esclarecem que esses processos, por sua vez, fomentam a construção da identidade e da memória coletiva e individual.

2 METODOLOGIA

Para a investigação do tema proposto neste trabalho, utilizou-se, quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória e, quanto aos procedimentos técnicos, a revisão bibliográfica. A pesquisa exploratória “tem como objetivo proporcionar maiores informações e conhecimentos sobre uma determinada temática e facilitar a delimitação de um determinado tema de trabalho”, conforme esclarece Almeida (2021, p. 31). Já a revisão bibliográfica baseia-se no uso de materiais já publicados, como “livros, revistas, monografias, artigos científicos, dissertações, teses, publicações em periódicos e conteúdos da internet” (Almeida, 2021, p. 32), ou seja, o pesquisador utiliza esses materiais para obter informações relacionadas ao tema de sua investigação.

Dessa forma, o *corpus* documental foi composto por trabalhos pesquisados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). A análise, por sua vez, foi construída a partir da identificação da ocorrência das seguintes expressões nos campos de título, palavras-chave e resumo: “Representação da Informação em arquivos”, “Representação da Informação e difusão”, “Representação da Informação e identidade” e “Representação da Informação e memória”.

Realizou-se o levantamento bibliográfico por meio de pesquisas que abordassem a temática, especialmente aquelas que correlacionaram a difusão, a identidade e a memória, com a RI. Logo, foi estabelecido um período específico para as publicações pesquisadas, concernente a 2004 a 2024, caracterizando o número de pesquisas dos últimos 20 anos, visando recuperar o maior número possível de investigações, perfazendo



um total de 62 documentos recuperados, entre 2 e 15 de janeiro de 2025. O idioma escolhido para a seleção dos textos foi a língua portuguesa, por se tratar da língua vernácula do país em que foi realizada a investigação. Os documentos selecionados devem permitir o acesso aos textos completos, utilizando-se de análise documentária para a sua seleção. Partiu-se dos seguintes elementos recuperáveis nessa análise: resumos, títulos e palavras-chave obtidos no processo. Uma vez estabelecidos os critérios de inclusão, foram também estabelecidos os critérios de exclusão, a saber, excluíram-se da coleta os documentos que não foram publicados em língua portuguesa, os que não estavam completos e os anteriores ao ano de 2004.

Em relação à abordagem, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, na qual foram quantificados os estudos e identificados os que caracterizavam a interseção dos termos de busca, correlacionando os dados obtidos com o tema abordado neste estudo. O propósito da pesquisa não foi esgotar o tema, uma vez que se trata de um levantamento preliminar que visa a refletir sobre as contribuições da RI para os arquivos.

3 A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS NA ARQUIVÍSTICA

A representação é um processo que visa a facilitar o acesso e a recuperação da informação, sendo amplamente utilizada na literatura da Ciência da Informação. Essa noção é apresentada por Barros (2020a, p. 267), no qual descreve ainda que o termo origina-se do latino *repraesentare*, que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. Seguindo essa direção, Silva (2020, p. 34) ressalta que representar caracteriza-se como “fazer presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto”. Dessa forma, a noção de representação envolve uma reprodução ou reavaliação do que se quer expressar, visando uma forma de trazer algo à tona.

Esses aspectos podem ser corroborados por Assmann (2011, p. 369) quando descreve que os “arquivos que armazenam materiais devem ser lidos e interpretados”. Assim, ao pensar sobre o ato de representar, estar-se-á essencialmente falando de um processo de rerepresentação e ressignificação. Essas características são vistas no exemplo exposto por Foucault (2000), ao apresentar a perspectiva de um pintor sobre aquilo que está representando em tela e o olhar do espectador, ou seja, há sobre um mesmo objeto variadas interpretações. A arte de representar é também descrita na obra *Isso não é um*



cachimbo, quando Foucault (1988) questiona acerca da perspectiva de quem representa o objeto e de quem o observa. Isso posto, a representação não é um fenômeno neutro ou estático, mas resulta de discursos que organizam e que definem o mundo a partir de relações do poder e do saber. (Foucault, 2017). Explorando as diferentes *epistemes* históricas, Foucault (2017) aponta para a forma como os sujeitos moldaram, ao longo de sua trajetória social, os modos de representação, deslocando significados e transformando as formas de apreender a realidade. Dessa forma, a representação reflete o mundo e como os sujeitos o constrói, funcionando como um campo de negociação, contestação e ressignificação, ou seja, “os atos de designação e significação estão intrinsecamente vinculados à dinâmica da representação”. (Foucault, 2017, p. 99).

Essas dinâmicas conceituais relacionadas à representação demonstram as concepções de revisar e de evidenciar algo, proporcionando novas visões ou compreensões sobre aquela. Representar, portanto, é mais do que apenas reproduzir, trata-se de refletir e de reinterpretar as ideias, as coisas ou as sensações do mundo, fazendo-as emergir de maneira acessível. Isso posto, considera-se ainda “o lugar onde as pessoas se encontram, o qual pode influenciar a representação em torno do objeto” (Silva, 2020, p. 34), pois o contexto cultural, social e histórico pode alterar a forma como a representação é interpretada e ressignificada.

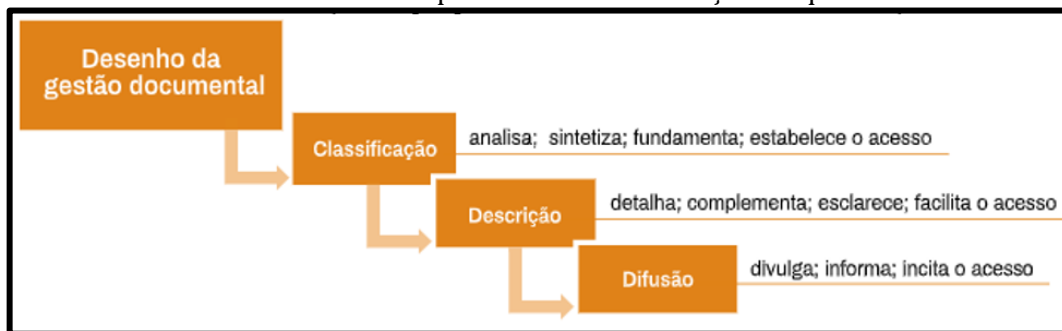
No âmbito da Arquivologia, a RI é refletida principalmente nas atividades de classificação e de descrição. Essas atividades passaram a ser vistas como parte de um processo único e contínuo de análise e de síntese da informação contida nos arquivos, promovendo uma representação que considera o objeto/documento em si e o seu contexto, sua organicidade e suas inter-relações. (Barros, 2016; 2020b). Sendo esse contexto estabelecido pelo princípio da proveniência, a qual destaca que a significância dos documentos de arquivo está relacionada ao conjunto ao qual pertencem, esses aspectos são corroborados por Barros (2020b, p. 69), ao esclarecer que:

A proveniência é o carro-chefe da organização arquivística, significando que todas as funções, em maior ou menor grau, dependem dele. A proveniência fundamenta que a significância dos documentos de arquivos acontece independentemente do seu contexto de criação individual, ou seja, depende da sua significação em conjunto. Assim, as ações tomadas a partir da classificação e da descrição possuem ligação direta com o propósito dos documentos e sua função organizacional.



Na prática arquivística, essa abordagem “orgânico-contextual de representação”, conforme sugerido por Barros (2016, p. 35), implica que os objetos informacionais são analisados em relação ao conjunto documental e ao ambiente de produção. Essa perspectiva permite uma compreensão mais profunda e integrada dos arquivos, ao considerar a complexidade e o significado dos documentos para além de sua descrição física. Isso posto, para ocorrer a mediação entre as informações armazenadas nos documentos de arquivo e os usuários, observa-se, primeiramente, os elementos que são “típicos e fundamentais no contexto do acesso, [os quais] são, na verdade, do campo da gestão de documentos” (Barros, 2020b, p. 80), que são, a saber, a classificação e a descrição. Sobre esse panorama, o Gráfico 1, baseando-se em Barros (2020b), ratifica esses aspectos:

Gráfico 1: O acesso do ponto de vista das funções arquivísticas



Fonte: Barros (2020b, p. 80).

Os processos vinculados às funções arquivísticas são essenciais na elaboração dos instrumentos de pesquisa, os quais desempenham também o papel de mediadores entre as informações e os usuários (Rodrigues, 2003). Esses instrumentos são ferramentas desenvolvidas para facilitar o acesso, a consulta e a compreensão do conteúdo informacional e físico dos documentos, possibilitando a construção de uma interface que simplifique a busca, a recuperação, a preservação e o acesso às informações pelos usuários, ou seja, esses instrumentos ajudam a transformar grandes volumes de documentos em fontes acessíveis e utilizáveis. Assim, para a efetiva construção de instrumentos de pesquisa, é fundamental reconhecer que a descrição e a classificação se apresentam como funções indispensáveis da arquivística, assim como a diversidade de documentos arquivísticos e informações. Essas funções são essenciais para organizar e para representar as informações de maneira contextualizada, facilitando o acesso e a compreensão dos conteúdos armazenados, conforme descrevem Moraes e Vital (2019).



4 IDENTIDADE, MEMÓRIA E DIFUSÃO

Para compreender o papel da difusão, da identidade e da memória, principalmente, relacionados aos arquivos, é necessário o envolvimento destes com a temática. Dessa forma, o termo identidade é entendido como um fenômeno sociocultural, e o seu estudo evoluiu ao longo do tempo, acompanhando as transformações nas ciências que a analisam. (Britto; Mokarzel; Corradi, 2017). Esses autores descrevem que a identidade se refere a como indivíduos ou grupos se definem em relação a si e aos outros, sendo esses aspectos construídos e percebidos nas relações sociais, sendo um dos principais fatores o sentimento de pertencimento, ou seja, pertencer a um grupo ou contexto sócio espacial envolve um sentimento de conexão e identificação com aquele espaço ou comunidade. Este pertencimento é fundamental para a formação da identidade individual e coletiva.

A globalização trouxe mudanças significativas nas noções tradicionais sobre a identidade. Britto, Mokarzel e Corradi (2017) descrevem que, em vez de estarem restritas a comunidades locais ou nacionais, as identidades agora podem ser moldadas por influências globais, como a cultura, a economia e a comunicação. Isso resulta em uma visão mais fluida e diversa do que significa pertencer a uma coletividade. Para corroborar esses aspectos, Britto, Mokarzel e Corradi, (2017, p. 166) argumentam que,

a compreensão de que a identidade é um produto de uma “construção” a qual é realizada mediante elementos básicos que proporcionarão subsídios para os seus diferentes discursos e simbologias. A difusão dos elementos que constituem uma identidade para o mesmo autor é o que define a posição do indivíduo e/ou da coletividade em relação aos demais.

Dessa forma, a identidade é expressa mediante discursos e simbologias. Isso significa que as narrativas e os símbolos usados pelos sujeitos (como roupas, rituais, tradições) são essenciais para comunicar e para afirmar o seu pertencimento, tanto individual quanto coletivo. Isso posto, a maneira como esses elementos são disseminados e reconhecidos em diferentes contextos sociais é crucial. (Britto; Mokarzel; Corradi, 2017). A forma como uma identidade é percebida e aceita por outros, influencia a posição do indivíduo ou da coletividade na sociedade. Por exemplo, identidades minoritárias podem lutar por reconhecimento e respeito, enquanto identidades dominantes podem ser amplamente aceitas e valorizadas.



Destarte, é fundamental como se dá a difusão dos elementos relacionados à identidade. É por meio dessa, da difusão, que se forma e se fortalece por meio de discursos e das práticas que têm a memória como uma de suas principais fontes. Nesse contexto, os arquivos, como instituições que guardam a memória (lugares de memória), desempenham um papel primordial ao fornecer os subsídios (informações) necessários para essa construção identitária. Ao armazenar os documentos e as informações relevantes, os arquivos se tornam locais onde a memória é preservada e é interpretada, contribuindo para a formação da identidade individual, de instituições, grupos e sociedades. Esses lugares de memória, para serem reconhecidos, precisam ser imbuídos de simbolismo, o que leva as pessoas a identificá-lo dessa forma, ou seja,

Eles são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, mas simultaneamente, apenas em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um livro didático, uma associação de ex-combatentes, só entra na categoria se ele é objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo como que um recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a uma evocação concentrada da lembrança. Os três aspectos sempre coexistem. (Nora, 1993, p. 21-22).

Um arquivo é considerado um lugar de memória quando possui um simbolismo que o destaca como tal. Conforme aponta Nora, (1993), esses lugares não são definidos externamente, mas sim reconhecidos pelas pessoas que se identificam com eles, logo, essa identificação confere significado e valor ao local, transformando-o de um simples depósito de documentos em um espaço que carrega e preserva memórias significativas. Esse panorama é respaldado por Assmann (2011, p. 369), ao esclarecer que pode-se:

[...] determinar o status do arquivo: como memória institucional da pólis, do Estado, da nação e da sociedade, entre a memória funcional ou a de armazenamento, dependendo de como ele estiver organizado; como instrumento da autoridade; ou como repositório de conhecimento realocado.

Dessa forma, os arquivos são compreendidos como aqueles que possuem uma memória funcional, chamada de “herança cultural”, que preserva informações importantes para a sociedade, sendo essa memória confiada aos arquivistas, cuja responsabilidade é protegê-la de ameaças naturais ou humanas, garantindo sua



continuidade e acessibilidade para o futuro, conforme esclarece Assmann (2011). Já a difusão trata-se de uma fundamental do tratamento arquivístico, essencial para disseminar informações e para a qual a classificação e a descrição são desenvolvidas. No entanto, devido a demandas urgentes tipificadas nas atividades arquivísticas e ao grande volume de trabalho, essa etapa muitas vezes é adiada ou até mesmo suprimida. Apesar disso, a difusão desempenha um papel vital na aproximação entre os arquivos e os usuários. Isso é corroborado de acordo com Pereira e Silva (2019, p. 11), os quais enfatizam que as “instituições de arquivos devem se destacar e se aproximar da sociedade, ou seja, quanto mais visíveis e acessíveis forem, mais elas [são] valorizadas e defendidas, aumentando assim seu uso e relevância para um público mais amplo”.

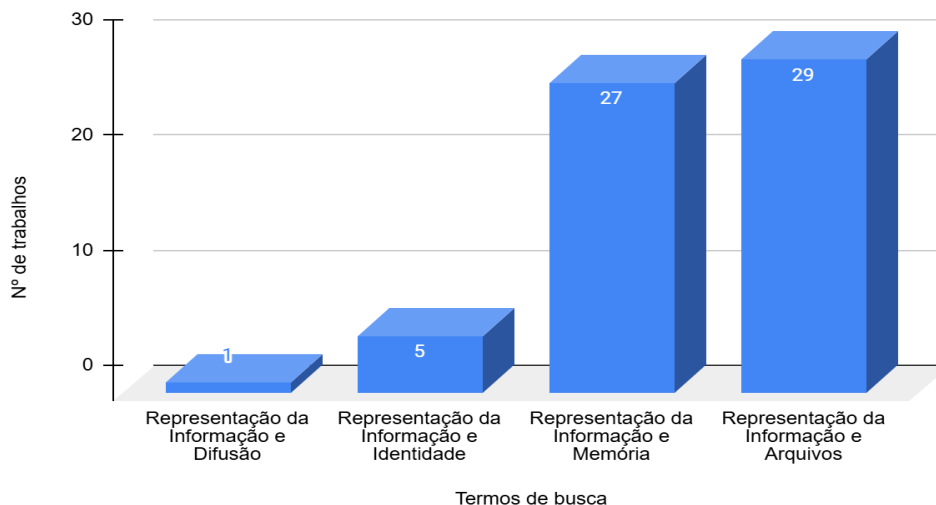
Portanto, ao difundir o arquivo, pode-se gerar a proximidade destes com seus usuários, facilitando o acesso à informação e a sua promoção. Essa interação fortalece a identificação das pessoas com o local, promovendo um senso de pertencimento e de respeito com a memória contida nos documentos. Assim, conforme esclarecem Almeida *et al.* (2023, p. 8), “se fortalece o culto à memória, empregando simbologia aos arquivos como lugares de memória”, tendo em vista que arquivos se tornam mais do que meros depósitos de documentos, pois ao adquirirem um valor simbólico para esses usuários.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os aspectos abordados, examinou-se a relação entre RI e os conceitos de difusão, de identidade e de memória. Para isso, foi realizado um levantamento na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), nas quais foram identificadas 62 pesquisas que contemplam essa triangulação temática. Esses trabalhos foram analisados conforme os termos de busca estabelecidos previamente, detalhados no Gráfico 2. A análise possibilitou identificar padrões e características que vinculam a RI aos temas descritos, oferecendo uma compreensão mais aprofundada sobre o impacto dessas relações na área pesquisada.



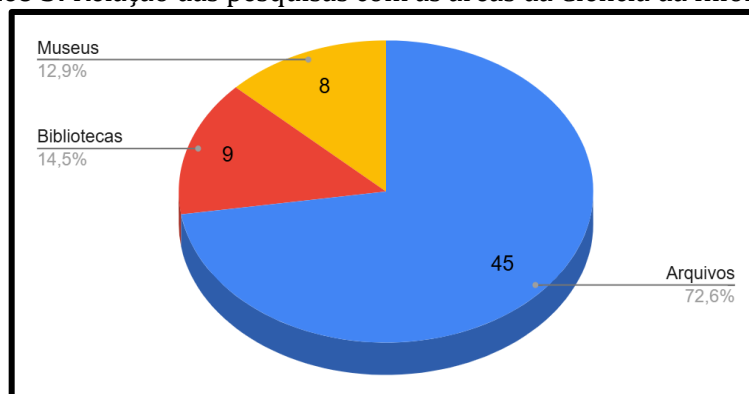
Gráfico 2: Resultados de pesquisas baseados nos termos: “RI e Arquivos”, “RI e Identidade”, “RI e Memória” e “RI e Difusão”



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da Brapci (2025).

A análise do Gráfico 2 revela um expressivo interesse dos pesquisadores em construções de trabalhos que exploram a RI e sua conexão com arquivos e memória, totalizando 56 estudos nessa área. Esse número significativo indica haver uma busca constante por entender como a informação é organizada e representada nos arquivos, enfatizando a importância dessa relação para a preservação da memória individual, institucional e coletiva. Por outro lado, ao observar a relação entre a RI e a difusão e entre a RI e a identidade, o cenário é bem diferente, com apenas 6 pesquisas registradas na base de dados supracitada. Essa disparidade aponta para uma lacuna no estudo de como a RI e a difusão pode influenciar a construção da identidade e a promoção do acesso à informação. A escassez de investigações nesse campo sugere que mais esforços são necessários para explorar esses conceitos interligados. Para identificar as áreas da Ciência da Informação em que se inserem os 62 trabalhos mencionados, foi elaborado o Gráfico 3:

Gráfico 3: Relação das pesquisas com as áreas da Ciência da Informação

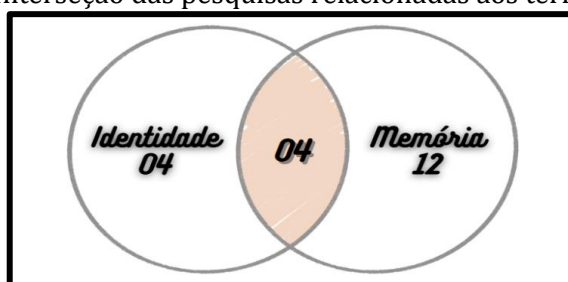


Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da Brapci (2025).



O Gráfico 3 revela uma concentração significativa de pesquisas voltadas à área de Arquivologia, com 72,6% dos estudos encontrados relacionados ao termo de busca “Representação da Informação e Arquivos”. Em comparação, a área de Biblioteconomia abrange 14,5% das pesquisas, enquanto os estudos relacionados a museus representam 12,9%. Esse fator decorre dos termos de busca pesquisados, especificados, a saber, RI e arquivos. Para uma maior compreensão sobre os termos pesquisados e a relação de todos com a RI, elaborou-se o Gráfico 4.

Gráfico 4: Interseção das pesquisas relacionadas aos termos de busca



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da Brapci (2025).

O Gráfico 4 apresenta a interseção entre as pesquisas encontradas que abordam os termos RI, arquivos, identidade e memória. Embora o termo “difusão” não apareça explicitamente, observa-se sua presença através do sinônimo “disseminação”, utilizado em algumas pesquisas. Essa abordagem permite compreender como a RI está relacionada com esses conceitos simultaneamente, evidenciando áreas de sobreposição entre eles. Observou-se que, do total de 62 pesquisas analisadas, apenas quatro associavam todos os termos – RI, arquivos, difusão, identidade e memória – de forma integrada. Esse dado ressalta que as pesquisas voltadas à RI, em sua maioria, focam em combinações específicas entre os conceitos, sem necessariamente contemplar todos eles em conjunto, apontando para possíveis lacunas ou direções para novos estudos. Essas quatro pesquisas estão identificadas no Quadro 1:

Quadro 1: Interseção das pesquisas relacionadas aos termos de busca

Autor, Ano	Orrico; Silva; Pereira, 2019	Ribeiro; Lins; Novo, 2022	Cavalcante; Sales; Guerra, 2024	Maia; Oliveira, 2016
-----------------------	---------------------------------	------------------------------	------------------------------------	-------------------------



Título	Os instrumentos de Representação da Informação arquivística para a construção de memória e identidade	Dispositivos metodológicos de inter-relação na organização e Representação da Informação arquivística e bibliográfica da coleção do professor Frederico Edelweiss no espaço lugares de memória (SIBI/UFBA)	Interseções entre memória institucional, Representação da Informação e gestão do conhecimento	O cordel e os enlaces com a Ciência da Informação: necessária revisão quanto ao seu potencial tipológico na esfera descritiva
Resumo	O artigo discute a importância dos instrumentos de Representação da Informação arquivística na construção de memórias e identidades sociais no Brasil	O artigo aborda a importância dos “lugares de memória” como espaços que organizam informações, preservam acervos e representam identidades e memórias, sejam institucionais ou coletivas	O texto aborda a importância da memória institucional nas universidades, destacando seu papel na preservação e transmissão da história, identidade e conhecimentos acumulados ao longo do tempo. O objetivo é discutir as interseções entre memória institucional, Representação da Informação e gestão do conhecimento	O artigo discute o cordel brasileiro como um importante documento que representa a identidade e memória cultural do país, destacando sua função pedagógica e social ao conectar o povo com o mundo letrado. Defende a inclusão do cordel nos manuais técnicos, visando esclarecer a catalogadores sobre suas particularidades e justificar sua caracterização tipológica
Palavras-chave	informação e memória; memória e arquivo; informação e arquivo	biblioteca particular; arquivos pessoais; organização da informação; princípios arquivísticos; marcas de proveniência	memória institucional; acervos pessoais; Representação da Informação; gestão do conhecimento	catalogação física; cordel; Anglo-American Cataloguing Rules; Representação da Informação; descrição documental

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da Brapci (2025).

A análise das pesquisas disponíveis na plataforma Brapci revelou uma limitação na quantidade de estudos que investigam a relação entre RI e difusão, identidade e memória. Nos últimos 20 anos, foram identificadas apenas quatro pesquisas que abordam esse contexto associado. Percebeu-se que, embora o termo “difusão” não esteja



explicitamente mencionado nas pesquisas, é impossível dissociá-lo da temática proposta, considerando sua importância como “canal de ligação entre o arquivo e seu público”. (Almeida *et al.*, 2023, p. 9). Dessa forma, a escassez de investigações e suas conexões aponta para a necessidade mais estudos que explorem o potencial dos arquivos e repositórios na preservação da memória e na construção da identidade, destacando a importância da RI nesses processos. A relevância de pesquisas focadas nessas relações torna-se evidente ao considerar o papel dos arquivos na aproximação com a sociedade. Conforme destacado por Nora (1993), o uso de metodologias que promovam essa interação, principalmente, entre arquivos e comunidades, é fundamental para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e de conexão.

Esse processo de aproximação facilita o acesso às informações e fortalece a relevância simbólica dos arquivos, estabelecendo-os como espaços de memória e preservação, ou seja, os arquivistas precisam atuar ativamente na preservação e na divulgação da memória orgânica e registrada, garantindo que informações e documentos sejam acessíveis e relevantes para a sociedade, contribuindo para a construção e a perpetuação da memória coletiva. (Barros, 2020a). Para a efetivação dos aspectos acima dispostos, Almeida *et al.* (2023) reforçam o papel da difusão ativa dos arquivos, sendo essencial para a sociedade reconhecer e valorizar esses espaços. A interação dos arquivos com a sociedade permite que os indivíduos se identifiquem e atribuam significado aos conteúdos arquivados, investindo-os de um valor simbólico que transforma os arquivos em verdadeiros lugares de memória. Dessa forma, é possível estabelecer laços simbólicos que, além de reforçar a identidade, incentivam a preservação da memória ao longo do tempo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo analisou a relação das pesquisas acadêmicas entre a RI e os processos de difusão, a construção de identidade e a preservação da memória no âmbito dos arquivos. Com base nas análises realizadas, esse estudo evidenciou uma lacuna importante nas pesquisas científicas que versa tal temática, ou seja, um número reduzido de investigações que explora, de forma integrada, as inter-relações entre RI com a proposta já mencionada. A escassez de estudos nessa área sugere uma oportunidade de aprofundamento científico e prático, particularmente, na análise de como esses conceitos



podem ser aplicados na criação de metodologias que aumentem o engajamento e a valorização dos arquivos na sociedade.

Diante disso, recomenda-se que futuras pesquisas explorem de maneira mais ampla as intersecções entre RI e os processos de difusão, identitários e de memória nos arquivos. Investigações futuras poderiam avaliar metodologias de difusão ativa, estudar o impacto dessas práticas em diferentes comunidades e contextos, além de analisar a evolução de conceitos arquivísticos e suas aplicações. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento do campo arquivístico, ampliando o entendimento do papel dos arquivos na sociedade contemporânea, como fonte de difusão, de construtos de identidade e de consolidação como espaços de memória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. C. D. de *et al.* Arquivos como lugares de memória por meio da difusão arquivística. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 10, n. 1/3, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/13597/10814>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ALMEIDA, Í. D´A. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. Recife: UFPE, 2021.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 33-44, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p33>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BARROS, T. H. B. A representação documental no contexto da Arquivologia: perspectivas recentes. **Informação e Informação**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 266-287, jul./set. 2020a. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/149398>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BARROS, T. H. B. Sem gestão não há difusão e acesso: aspectos histórico-conceituais da arquivística canadense e brasileira. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 68-85, set./dez. 2020b. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1606/1539>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRAPCI. **[Página principal]**. Florianópolis: Brapci, 2025. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/>. Acesso em: 20 jan. 2025.



BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Lei [Complementar] nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, **27 maio 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRITTO, A. C. L.; MOKARZEL, M. de O.; CORRADI, A. O arquivo enquanto lugar de memória e sua relação com a identidade. **Ágora**, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 158-182, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/12023>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CAVALCANTE, L. E.; SALES, O. M. M.; GUERRA, M. A. M. A. Interseções entre memória institucional, Representação da Informação e gestão do conhecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, e-137828, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/137828>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FOUCAULT, M. **Isso não é um cachimbo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. Pelotas: NEPFIL, 2017.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/44853>. Acesso em: 20 jan. 2025.

LEHMKUHL, C. S.; SILVA, E. C. L. da. A organização do conhecimento e da informação: aspectos conceituais e sua aplicação nas funções arquivísticas. **Em Questão**, Porto



Alegre, v. 29, n. e-125811, p. 1-25, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/emquestao/a/HzSvbJlyKRVKbd9Lj6JCbrp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

MAIA, M. E.; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. O cordel e os enlaces com a Ciência da Informação: necessária revisão quanto ao seu potencial tipológico na esfera descritiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/3518/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

NORA, P. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

MORAES, F. de L.; VITAL, L. P. Organização e Representação da Informação nos arquivos das Instituições Públicas Federais de Ensino Superior da região sul do Brasil. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 59, p. 1-14, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/119152>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ORRICO, E. G. D.; SILVA, E. P. da. Divulgação científica nos arquivos do Brasil: representação arquivística na construção da memória e identidade. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 256-277, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/85152/52570>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ORRICO, E. G. D.; SILVA, E. P. da; PEREIRA, D. B. Os instrumentos de Representação da Informação Arquivística para a construção de memória e identidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019, p. 1-17. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/123658>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PEREIRA, D. B.; SILVA, E. P. da. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p. 1-22, 2019. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/754>. Acesso em: 20 jan. 2025.

RIBEIRO, F. **O acesso à informação nos arquivos**. Porto: FCG & FPCT, 2003.

RIBEIRO, M. A. S.; LINS, I. A. B.; NOVO, H. F. Dispositivos metodológicos de interrelação na organização e Representação da Informação Arquivística e bibliográfica da coleção do professor Frederico Edelweiss no espaço lugares de memória (SIBI/UFBA). **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 5, ed. Edição Especial, p. 149-151, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/1511/1477>. Acesso em: 20 jan. 2025.

RODRIGUES, G. M. A Representação da Informação em Arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição Arquivística. *In*: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (org.). **Organização e representação do conhecimento na**



perspectiva da ciência da informação. Brasília, DF: Thesaurus, 2003. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/1442>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.** 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SILVA, J. H. da. **A Representação da Informação no contexto da Arquivologia no Brasil.** Orientador: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque. 2020. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18102/1/JeffersonHiginoDaSilvaDissert.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

